

A INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Desafios e experiências

Introdução

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um dos princípios da universidade brasileira e está fundamentada no artigo 217 da Constituição Federal: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.¹ Esse princípio se refere à garantia de qualidade na formação universitária, seja na modalidade presencial ou a distância.

Atualmente, o Ensino Superior Público a Distância é desenvolvido através do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), instituído pelo Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, com a finalidade de “expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País, através da modalidade a distância”.²

De acordo com os dados apresentados por Ferreira e Clímaco,³ em fevereiro de 2014, existiam 104 Instituições de Ensino Superior

(IES) credenciadas na UAB, com 1.146 cursos e 167.176 alunos, dos quais 78.102 eram concluintes.

A expansão do Ensino Superior é um passo importante na busca da superação das desigualdades e promoção da equidade social, mas o principal desafio que se coloca é saber como garantir a qualidade do ensino ofertado.⁴ Os números astronômicos envolvidos na expansão do Ensino Superior através da EaD colocam em pauta a discussão quantidade *versus* qualidade e massificação *versus* democratização do Ensino Superior.

A democratização da educação “pauta-se pelo dever do Estado de oferecer a equidade aos cidadãos em tudo aquilo que é básico e necessário para a sua integração social”.⁵ Já a massificação adquire um sentido mercantil de expansão de matrículas, de modo a atender aos interesses do capital.⁶

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um princípio constitucional e, como tanto, deve ser garantido também na EaD, propiciando uma formação acadêmico-crítica que rompa com a lógica mercadológica que, historicamente, tem orientado a oferta dos cursos a distância.

Este texto objetiva contribuir com as discussões sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na Educação a Distância. Desse modo, algumas perguntas orientam as discussões, como: o que é necessário para promover a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na Educação a Distância? Quais os principais desafios para oferta de atividades de pesquisa e extensão na Educação a Distância? De que modo a promoção de atividades de ensino, pesquisa e extensão pode contribuir para a formação acadêmica e profissional dos estudantes universitários?

No primeiro tópico, procura-se fazer uma retrospectiva histórica sobre a construção do conceito de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, compreendendo sua importância para a garantia da qualidade requerida para a formação universitária tanto na

modalidade presencial quanto a distância. No segundo tópico, aborda-se os principais desafios para a promoção de atividades de ensino, pesquisa e extensão na Educação a Distância, com ênfase na institucionalização da modalidade. Por fim, no último tópico, apresenta-se as experiências levantadas de ensino, pesquisa e extensão na EaD, com destaque para o Programa Aproxime-se da UFMG.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e sua importância para a formação universitária

A discussão sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na universidade brasileira emergiu durante o processo de redemocratização vivido nos anos 1980, em um momento em que a Educação Superior era colocada numa posição de base para a sociedade democrática.⁷ A universidade brasileira foi pauta de uma disputa de projetos da sociedade, e a busca pela indissociabilidade significava a oferta de uma formação universitária completa, rompendo com o paradigma do ensino tradicional ministrado no Brasil, transmissor de conteúdos pré-existentis.

Segundo Pucci,⁸ no contexto ditatorial, a universidade brasileira foi construindo um perfil dito moderno, caracterizado por iniciativas, por parte do governo, de instituir o Ensino Superior pago, com a consequente diminuição da aplicação de verbas públicas; ampliação do Ensino Superior Privado; ampliação do controle político e ideológico das instituições; e predomínio de uma concepção técnico-burocrática de educação. Ainda de acordo com o autor, “tudo isso leva a um estrangulamento da universidade pública, de seu potencial crítico. Há deterioração na qualidade de ensino, eliminação da pesquisa engajada, atrelamento das investigações científicas aos interesses do capital”.⁹

A Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES-SN) exerceu importante liderança na luta contra o processo de privatização do Ensino Superior, inclusive após o fim da ditadura militar.¹⁰ Através de congressos e seminários, foi formulada a concepção de universidade que rege o artigo 217 da Constituição Federal, já referenciado na introdução deste texto.

Segundo Cunha,¹¹ naquele período de redemocratização havia um consenso nas bases progressistas sobre a incorporação da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no texto constitucional, já que essa definição garantiria “uma perspectiva de qualidade mais universal para Educação Superior, que teria assim um formato identitário estruturante, fazendo avançar a universidade para patamares da crítica e do compromisso social (...).”¹²

Ainda segundo a autora, a incorporação do conceito de indissociabilidade como parâmetro legal nas instituições, após a Constituição de 1988, enfrentou uma nova “exigência de recontextualização, quer pelo esforço de compreendê-lo e traduzi-lo em políticas e práticas, quer pela ainda presente naturalização de compreensões genéricas, sem um empenho analítico mais profundo que resultasse em impactos concretos”.¹³

Sampaio e Freitas¹⁴ apontam a necessidade de se construir um conceito de indissociabilidade realmente operativo, que seja visto pelas instituições como um paradigma inspirador de novas posturas. Ainda segundo os autores,

as três tarefas da Universidade, operacionalizadas por meio da tríade Ensino, Pesquisa e Extensão, se considerada como três princípios indissociáveis, por um lado, e três funções operativas, por outro, podem levá-la a responder melhor aos desafios de se realizar a formação não apenas técnica, mas também ética e cidadã de seus estudantes, dando-lhes ferramentas para que possam fazer escolhas a partir de um ethos que tenha historicidade e relevância social e,

assim, consigam com mais sucesso transformar conhecimento em sabedoria.¹⁵

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão não deve ser compreendida como mera “juntabilidade” das três ações na oferta dos cursos superiores.¹⁶ Igualmente, não pode ser confundida com a *integração* entre essas três ações. A noção de indissociabilidade implica que o ensino, a pesquisa e a extensão estão intrinsecamente *articulados* entre si e se fazem presentes como práticas pedagógicas, seja como atividades de origem e/ou fim.

Apesar de terem se passado três décadas desde sua incorporação como princípio constitucional, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ainda não é uma realidade para muitas universidades brasileiras. Observa-se a carência de uma Política Nacional que ajude a colocar em prática o texto constitucional, que organize e proponha ações nas instituições públicas brasileiras. Cabe destacar, ainda, a discrepância de oferta de Projetos de Pesquisa e Extensão em cursos presenciais e a distância.

Essa discrepância se deve ao formato de financiamento dos cursos a distância que, por se tratar de verbas provenientes de um programa, são administradas de forma separada da gestão financeira dos cursos presenciais na estrutura acadêmica e institucional das universidades públicas, como veremos mais a frente. Tal divergência entre a oferta de cursos presenciais e a distância contribui para críticas no que se refere a qualidade destes.

Segundo Pucci,¹⁷ “só se pode falar em um ensino de boa qualidade, crítico e competente, se ele estiver organicamente associado às atividades de pesquisa e extensão. Caso contrário, o Ensino Superior será apenas uma reprodução de um conhecimento estático e ultrapassado.”

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como princípio pedagógico exige uma mudança epistemológica,

visando superar atitudes reprodutivas e repetitivas, disseminando o conhecimento científico, além do “desenvolvimento de hábitos de pensamento claro, crítico, construtivo e independente”.¹⁸ Nessa perspectiva,

exigiria uma didática do Ensino Superior que incorporasse nos processos pedagógicos os princípios investigativos, tanto no trato do conhecimento, como nos procedimentos propostos para ensinar e aprender. Exigiria, especialmente, uma distinta compreensão de docência que provocaria uma também diferente perspectiva de discência. Professores atuariam como mediadores entre o conhecimento e as estruturas cognitivas e culturais de seus estudantes e esses precisariam assumir com mais autonomia o processo de formação que vivenciam, com maior protagonismo nas suas aprendizagens.¹⁹

Essa mudança paradigmática é possível através da Educação a Distância que, por sua natureza, exige a atuação de professores como mediadores entre o conhecimento e as estruturas cognitivas e culturais de seus estudantes, bem como autonomia e protagonismo por parte dos discentes.

De acordo com a Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de março de 2016, que estabelece as Diretrizes e Normas para oferta de cursos de Ensino Superior a Distância, as unidades centralizadoras dos cursos a distância de cada instituição são “unidades responsáveis por garantir as ações e políticas de Educação a Distância, devem promover ensino, pesquisa e extensão”.²⁰ Ou seja, essas três dimensões, apesar de não serem previstas explicitamente de forma indissociável no documento, devem fazer parte das ações propostas em cada centro.

A promoção de atividades de ensino, pesquisa e extensão na Educação a Distância é um requisito importante para superar a

dualidade educacional posta no Ensino Superior, “segundo a qual a Educação Presencial é direcionada para a formação das elites e a Educação a Distância é uma alternativa barata para as camadas populares”.²¹

Nessa perspectiva, no próximo tópico, discute-se sobre os principais desafios para a promoção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na Educação a Distância.

Desafios para a promoção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na UAB: a institucionalização da EaD e seus desdobramentos

São muitos os desafios para a promoção de atividades de ensino, pesquisa e extensão na Educação a Distância, mas todos partem de um ponto principal: a sua institucionalização nas universidades públicas. A institucionalização é compreendida na perspectiva de *organização estrutural e formal* da Educação a Distância no interior das universidades, em meio a suas políticas e programas de ensino, pesquisa e extensão, sem diferenciação de tratamento nas modalidades presencial ou a distância.

O principal empecilho para a institucionalização encontra-se no fato de a UAB configurar-se como um programa com verbas e financiamento anuais, o que dificulta sua organização a longo prazo nas universidades. Além disso, a execução dos recursos financeiros ocorre através de planilhas que contabilizam os profissionais, professores, tutores e materiais didáticos a partir do número de alunos em formação.²² Desse modo, “as instituições financiadas não têm autonomia para dispor de suas experiências ou de procurar outras formas de trabalho que não sejam as estabelecidas pelas tais planilhas”.²³

É importante destacar, ainda, que o financiamento da EaD nas instituições públicas é restrito aos anos de integralização de um curso, obrigando os alunos a cursarem os conteúdos e disciplinas propostos no prazo pré-determinado.²⁴ Se um aluno, por exemplo, deixar de cursar uma determinada disciplina obrigatória no semestre em que ela foi ofertada para sua turma, ele ficaria sujeito a esperar uma nova e incerta oferta do curso para cursar essa disciplina. Isso traria incerteza quanto ao momento de conclusão do seu curso.

O caráter provisório da UAB, característico de sua organização atual, é o que tem prejudicado a garantia da qualidade nos cursos, como apontam Arruda e Arruda.²⁵ De acordo com os autores, “o aluno da EaD, em função de ser oriundo de um programa governamental, como o sistema UAB, não é integrado às políticas de pesquisa e extensão e, por conseguinte, não vivencia experiências universitárias completas”.²⁶

Freitas e Arruda²⁷ complementam esse raciocínio:

a transitoriedade dos cursos a distância nas IPES dificulta a realização de discussões em relação à criação de mecanismos que permitam aos alunos e professores envolvidos com a EaD desenvolverem pesquisa e extensão. Além disso, há uma necessidade da ampliação das formas de financiamento dos programas de ensino, pesquisa e extensão pela União que incluam a EaD em seus cálculos.

O processo de institucionalização da EaD é particular e depende de diversos elementos, como apontado por Ferreira e Clímaco:²⁸ a vocação institucional para oferta da EaD; sustentabilidade das políticas de Educação a Distância a longo prazo; políticas e procedimentos institucionais equivalentes no ensino presencial e na EaD; capitularidade institucional; participação dos centros/departamentos; rede

de colaboração; integração EaD/presencial; integração dos conselhos superiores; políticas de avaliação; entre outros aspectos.

Alonso,²⁹ ao refletir sobre a institucionalização da EaD nas universidades públicas, pontua o quanto esse processo é complexo e de difícil implementação, já que envolve o desenvolvimento de regras, políticas e procedimentos institucionais. Isso implica em vencer barreiras políticas e resistências dentro da própria instituição, uma vez que a EaD é vista, muitas vezes, com preconceito por parte de docentes e outros profissionais acadêmicos.

Freitas e Arruda³⁰ percebem uma perspectiva de Estado racionalista na implementação da UAB, “no qual a competência de gerir os recursos descentralizados emerge como qualidade do profissional envolvido com a oferta dos cursos a distância nas instituições públicas, em consonância com as políticas internas existentes”. A gestão da Educação a Distância requer, portanto, estratégias individuais das instituições e competência para gerir os recursos de forma mais eficiente.³¹

A promoção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nos cursos a distância depende de um esforço por parte da equipe gestora da unidade acadêmica que os centraliza. Corradi *et al.*³² consideram que,

na busca pela institucionalização da EaD nas IES, é importante que se consiga integrar os alunos dessa modalidade nos programas de bolsas de monitoria acadêmica, de extensão e de iniciação científica. Isso significa articular a elaboração dos projetos e dos editais de seleção, gerenciar o próprio processo seletivo, coordenar o recebimento das folhas de frequência e o envio dos relatórios mensais para os órgãos competentes dentro das IES.

Ainda, segundo os autores, “é necessário ampliar a concepção de polo e inseri-lo no interior das atribuições universitárias – ensino, pesquisa, extensão e administração –, bem como levá-lo a promover sua própria inserção social no contexto das comunidades”.³³ Para isso, a unidade gestora deverá integrar suas ações com a coordenação do polo, dos cursos a serem desenvolvidos e firmar parcerias com as prefeituras, de modo que as atividades promovidas nos polos atendam tanto a comunidade acadêmica quanto a população em geral.

Diante de tantos desafios, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na EaD ainda está longe de ser garantida em todos os cursos da UAB. No próximo tópico, apresenta-se um levantamento bibliográfico sobre ensino, pesquisa e extensão na Educação a Distância, apresentando as experiências já desenvolvidas, em especial o Programa Aproxime-se da UFMG.

Experiências de ensino, pesquisa e extensão na EaD

Visando conhecer as experiências de ensino, pesquisa e extensão já desenvolvidas por unidades gestoras de cursos a distância no Brasil, realizou-se um levantamento bibliográfico no Google, e nos portais da CAPES, IBICT e Scielo. No entanto, poucos trabalhos/experiências foram localizados.

Dentre os trabalhos localizados, está uma pesquisa realizada em duas instituições que ofertam o curso de Administração a distância em Vitória da Conquista, Bahia. A pesquisa envolveu a aplicação de questionários aos discentes, desvendando suas percepções sobre o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão.³⁴ De acordo com os respondentes, em termos de atividades de extensão, foram oferecidas palestras, consultorias e semanas programadas. Com relação à pesquisa, cerca de 30% a 40% dos alunos participavam

de monitorias, projetos institucionais ou grupos de pesquisa supervisionados.

A pesquisa desenvolvida por Nicolodini *et al.*³⁵ abarcou o envio de questionários para docentes de quatro instituições que ofertam cursos a distância, bem como a realização de entrevistas semiestruturadas, visando identificar as percepções dos docentes sobre as atividades de pesquisa e extensão. Os resultados demonstraram que os participantes percebiam a necessidade de articulação dessas dimensões, no entanto encontraram dificuldade em termos de tempo e capacitação para desenvolver tais atividades.

No levantamento realizado, foi localizado, ainda, o Programa Aproxime-se, desenvolvido pelo Centro de Apoio à Educação a Distância da Universidade Federal de Minas Gerais (CAED/UFMG). Esse programa será discutido mais detalhadamente a seguir.

O Programa Aproxime-se da UFMG

Desenvolver um programa de extensão universitária que articulasse também o ensino e a pesquisa, esta foi a pretensão do CAED/UFMG, ao pensar e elaborar a proposta do Programa Aproxime-se. De acordo com a cartilha “Aproxime-se/UFMG, a interface da extensão na EaD”, organizada por coordenadores do programa,

o Programa Aproxime-se compõe uma das metas políticas do CAED, pois se constitui como instrumento de dinamização do saber e de academização dos polos de Educação a Distância da UFMG. Pauta-se na vontade de que cada polo possa se tornar um centro irradiador do saber e não mero espaço físico reservado apenas a receber pessoas que estudam na modalidade a distância. Nesta acepção, o CAED considera que a educação nessa modalidade também necessita de um espaço acadêmico formador, tanto no que diz respeito ao Ensino

como à Pesquisa e a Extensão. Nesta lógica, concebe o polo como um centro de formação que pode oferecer a alunos, professores e comunidades outras vivências acadêmicas tão necessárias para uma formação de nível superior de qualidade.³⁶

Aprovado pelo Sistema de Informação da Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais (SIEX/UFMG) em 2013, o programa oferece, desde então, dez bolsas de extensão anuais para bolsistas de graduação, dando prioridade para alunos de cursos a distância ofertados pela UAB/UFMG.

Primeira iniciativa no âmbito, o programa envolveu muitos desafios, principalmente, no que se refere a recursos financeiros, infraestrutura física, pessoal, entre outros aspectos. A gestão pedagógica do CAED/UFMG precisou se desdobrar, envolvendo diversos setores da unidade na proposta, como, por exemplo: a assessoria pedagógica; o setor financeiro; o setor de viagens; bolsistas; tutores; estagiários; e coordenadores de polos.

Os eventos promovidos nos polos de Educação a Distância foram organizados por bolsistas, coordenadores e pela equipe pedagógica do CAED. Contaram, também, com a participação de voluntários, incluindo especialistas, pós-graduandos, mestres, doutores e professores convidados a ministrarem palestras e minicursos.

No que se refere ao *ensino*, o Programa Aproxime-se atua, principalmente, na formação inicial e continuada de seus bolsistas, coordenadores de polo e voluntários. Outra dimensão do ensino está presente nos diversos minicursos promovidos nos polos de EaD, com temáticas de interesse da comunidade acadêmica e local. Desse modo, seguindo a perspectiva teórica de Sampaio e Freitas,³⁷ o Aproxime-se mostra, através do ensino, “o espírito inquiridor que tradicionalmente caracteriza o processo de pesquisa, e também o compromisso com a inserção social do saber e respectivo retorno à

comunidade, tradicionalmente considerada como eixo da extensão universitária".³⁸

Com relação à *pesquisa*, o Programa Aproxime-se promove o desenvolvimento científico e a formação de pesquisadores através do diagnóstico de problemas sociais e/ou ambientais das regiões dos polos e realiza pesquisas de campo, inclusive visitando ONGs e instituições que colaboram para tratar os problemas diagnosticados.³⁹ Além disso, envolve a orientação e acompanhamento acadêmico dos alunos, com a produção de artigos científicos, *banners* e outros materiais que posteriormente são apresentados em eventos científicos e acadêmicos. Desse modo, considerando a concepção apresentada por Sampaio e Freitas,⁴⁰ a pesquisa cumpre seu papel ao envolver um "profundo comprometimento ético dos pesquisadores com os fundamentos, características e fins daquilo que pesquisam e daquilo que é gerado por meio de suas investigações".⁴¹

Com relação à *extensão*, de acordo com Sampaio e Freitas,⁴²

(...) as atividades voltadas para a comunidade, sob a forma de atividades de ensino ou sob a forma de extensões sociais específicas, estarão ancoradas em conhecimentos já sistematizados naquele campo, mas se constituirão também em campo extremamente fértil para a emergência de novas questões de pesquisa, capazes de gerar novos conhecimentos.⁴³

O Programa Aproxime-se compactua com essa concepção de extensão universitária, na medida em que convida a população local a discutir os temas propostos e/ou diagnosticados pela equipe. Os polos de Educação a Distância se tornam visíveis para a comunidade, que passa a vê-los como um espaço de interlocução dos saberes e aproximação da ciência e tecnologia, trazendo para a realidade local.⁴⁴ Nos eventos, são promovidos diversos minicursos, além de

palestras, discussões de filmes e apresentações culturais de grupos musicais/folclóricos/de teatro das redondezas.⁴⁵

Considerações finais

A construção do conceito de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão envolveu um processo de disputa de projetos da sociedade: de um lado, o interesse político em manter uma concepção técnico-burocrática de Ensino Superior, com uma perspectiva de privatização e serviço aos interesses do capital; de outro, o projeto antagônico defendido pelos movimentos docentes, construindo um conceito de universidade que envolveu a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como princípio fundamental para a garantia da qualidade da formação universitária, promovendo a formação crítica dos alunos.

Esse processo de disputa é constante na sociedade em que vivemos e, hoje, devemos lutar para garantir a qualidade – condição para que se efetive a democratização do acesso ao Ensino Superior por meio da Educação a Distância – através de ações que promovam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão também nessa modalidade.

A institucionalização da Educação a Distância é um passo importante para se alcançar a indissociabilidade, apesar de ser um processo complexo e árduo que envolve: no âmbito geral, a concepção educacional vigente e a forma como o governo entende a EaD; e no âmbito particular, cada instituição pública que desenvolve os cursos, com suas metas, políticas e normas institucionais.

Apesar de todos os desafios impostos para as instituições públicas e suas unidades gestoras dos cursos a distância, é possível desenvolver estratégias que permitam o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão nos polos de Educação

a Distância. O Programa Aproxime-se da UFMG mostrou-se um programa amplo, que promove a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e representa uma luz no fim do túnel: sim, apesar de todas as dificuldades, é possível promover ensino, pesquisa e extensão na EaD.

Notas

- ¹ BRASIL, 1988.
- ² BRASIL, 2006.
- ³ FERREIRA; CLÍMACO, 2015.
- ⁴ CUNHA, 2011.
- ⁵ ARRUDA; ARRUDA, 2015, p. 335.
- ⁶ SGUISSARDI, 2015.
- ⁷ CUNHA, 2013.
- ⁸ PUCCI, 1991.
- ⁹ PUCCI, 1991, p. 34-35.
- ¹⁰ PUCCI, 1991.
- ¹¹ CUNHA, 2013.
- ¹² CUNHA, 2013, p. 15.
- ¹³ CUNHA, 2013, p. 18.
- ¹⁴ SAMPAIO; FREITAS, 2010, p. 18.
- ¹⁵ SAMPAIO; FREITAS, 2010, p. 22.
- ¹⁶ SAMPAIO; FREITAS, 2010, p. 19.
- ¹⁷ PUCCI, 1991, p. 38.
- ¹⁸ PAOLI, 1988, p. 39 *apud* CUNHA, 2013, p. 15.
- ¹⁹ CUNHA, 2013, p. 16.
- ²⁰ BRASIL, 2016.
- ²¹ ARRUDA; ARRUDA, 2015, p. 335.
- ²² ALONSO, 2013.
- ²³ ALONSO, 2013, p. 137.
- ²⁴ ALONSO, 2013.

- ²⁵ ARRUDA; ARRUDA, 2015.
- ²⁶ ARRUDA; ARRUDA, 2015, p. 333.
- ²⁷ FREITAS; ARRUDA, 2015, p. 65-66.
- ²⁸ FERREIRA; CLÍMACO, 2015.
- ²⁹ ALONSO, 2013.
- ³⁰ FREITAS; ARRUDA, 2015, p. 53.
- ³¹ FREITAS; ARRUDA, 2015.
- ³² CORRADI *et al.*, 2015, p. 46.
- ³³ CORRADI *et al.*, 2015, p. 46.
- ³⁴ JESUS *et al.*, 2016.
- ³⁵ NICOLODINI *et al.*, 2010.
- ³⁶ FAVACHO *et al.*, 2014, p. 12.
- ³⁷ SAMPAIO; FREITAS, 2010.
- ³⁸ SAMPAIO; FREITAS, 2010, p. 25.
- ³⁹ FAVACHO *et al.*, 2014, p. 13.
- ⁴⁰ SAMPAIO; FREITAS, 2010.
- ⁴¹ SAMPAIO; FREITAS, 2010, p. 26.
- ⁴² SAMPAIO; FREITAS, 2010.
- ⁴³ SAMPAIO; FREITAS, 2010, p. 27.
- ⁴⁴ FAVACHO *et al.*, 2014.
- ⁴⁵ FAVACHO *et al.*, 2014.

Referências

ALONSO, K. M. A expansão da EaD no Brasil: reflexos sobre a sua institucionalização. In: FIDALGO, F. S. R. *et al.* (Org.). *Educação a Distância: meios, atores e processos*. Belo Horizonte: Editora CAED/UFMG, 2013.

ARRUDA, E. P.; ARRUDA, D. E. Educação à distância no Brasil: políticas públicas e democratização do acesso ao ensino superior. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 31, n. 13, jul./set. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/btHq99>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<https://goo.gl/HwJ1Q>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

BRASIL. Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. *Diário Oficial da União*, Brasília, 9 jun. 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/2MmEP2>>. Acesso em: 5 jul. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 1, de 11 de março de 2016. Estabelece diretrizes e normas para a oferta de programas e cursos de educação superior na modalidade a distância. *Diário Oficial da União*, Brasília, 14 mar. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/kMUoP2>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

CORRADI, W. J. B. *et al.* Tessituras do trabalho da gestão da UAB nas instituições de ensino superior. In: FREITAS, M. T. M.; ARRUDA, E. P.; ARAÚJO, S. M. (Org.). *Na tessitura da distância: entre políticas, docência e tecnologia na EaD*. Uberlândia: EDUFU, 2015. v. 1, p. 27-49.

CUNHA, M. I. da. Indissociabilidade entre ensino e pesquisa: a qualidade da graduação em tempos de democratização. *Revista Perspectiva*, Florianópolis, v. 29, n. 2, p. 443-462, jul./dez. 2011.

CUNHA, M. I. da. Os desafios da qualidade acadêmica e a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão num contexto de democratização da educação superior. *InterCambios*, v. 1, n. 2, dez. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/C5N82X>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

FAVACHO, A. M. P. *et al.* (Org.). *Aproxime-se/UFMG: a interface da extensão na EaD*. Belo Horizonte: Editora CAED/UFMG, 2014.

FERREIRA, M.; CLÍMACO, J. C. T. S. Políticas públicas em educação a distância: o sistema da Universidade Aberta do Brasil. In: FREITAS, M. T. M.; ARRUDA, E. P.; ARAÚJO, S. M. (Org.). *Na tessitura da distância: entre políticas, docência e tecnologia na EaD*. Uberlândia: EDUFU, 2015. v. 1, p. 13-23.

FREITAS, M. T. M.; ARRUDA, E. P. Processos de institucionalização da educação a distância: gestão e políticas públicas no contexto da UAB. In: FREITAS, M. T. M.; ARRUDA, E. P.; ARAÚJO, S. M. (Org.). *Na tessitura da distância: entre políticas, docência e tecnologia na EaD*. Uberlândia: EDUFU, 2015. v. 1, p. 51-69.

JESUS, D. O. *et al.* Extensão e pesquisa na modalidade EaD: qual a realidade dos cursos de Administração de Vitória da Conquista-BA? In: SEMANA DO ADMINISTRADOR DO SUDOESTE DA BAHIA, 18., 2016, Vitória da

Conquista. *Anais...* Vitória da Conquista: UESB. Disponível em: <<https://goo.gl/rzL22F>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

NICOLODINI, S. C. F. *et al.* O ensino e a pesquisa e sua relação no contexto da EaD. In: COLOQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTIÓN UNIVERSITARIA EN AMERICA DEL SUR, 10, 2010, Mar del Plata. *Anais...* Disponível em: <<https://goo.gl/i361KY>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

PUCCI, B. *A indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão*. Piracicaba: Impulso, 1991.

SAMPAIO, J. H.; FREITAS, M. H. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. In: GONÇALVES, L. de F. *et al.* (Org.). *Educação superior: princípios, finalidades e formação continuada de professores*. Brasília: Universa/Liber Livro, 2010. p. 13-31.

SGUISSARDI, V. Educação superior no Brasil: democratização ou massificação mercantil? *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 36, n. 133, p. 867-889, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/zCpoz8>>. Acesso em: 13 ago. 2017.